

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 26 | Abril de 2020

68

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessora-chefe de Imprensa
e Comunicação**

Mylena Fiori

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO E AGROECOLOGIA: UMA ANÁLISE SOBRE O FINANCIAMENTO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO BAIXO SUL DA BAHIA

Simaia Santos Barret¹

1 INTRODUÇÃO

O Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia é composto por quinze municípios,² localizados no leste do estado da Bahia. Composto por 359.109 habitantes, sua população urbana corresponde a 53,2% e a rural, a 46,8%. A atividade econômica predominante da população rural, em 2017, correspondeu às lavouras temporárias do amendoim e da mandioca. Quanto às lavouras permanentes, o território responde por 96,2% do dendê produzido no estado, 88% do guaraná, 51,1% da borracha e 36,3% do urucum (Bahia, 2018).³ Do ponto de vista da vegetação, todos os municípios abrigam a floresta ombrófila densa, também conhecida como floresta tropical ou floresta atlântica, com alguns municípios abrigando áreas de mangue.

No Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 22 mil estabelecimentos da agricultura familiar no território Baixo Sul. Os agricultores familiares participam ativamente da cadeia do dendê – o qual, inclusive, é beneficiado artesanalmente –, mas também contribuem com a extração da borracha, que geralmente é vendida para as grandes corporações instaladas no território. Porém, a maior parte das atividades relativas aos arranjos produtivos rurais são desenvolvidas com baixo nível tecnológico.

Algumas organizações da sociedade civil que atuam na agricultura familiar possuem trabalho de convivência com os biomas onde se inserem os próprios agricultores, visando à convivência e à sustentabilidade das práticas produtivas. Isso se aplica principalmente às organizações que atuam na gestão, no fomento e na implementação de poupanças coletivas.

1. Mestra em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), colaboradora da Incubadora de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA. *E-mail*: <simaia21@gmail.com>.

2. A saber: Aratuípe, Jaguaripe, Valença, Taperoá, Cairú, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Ibirapitanga, Gandu, Pirai do Norte, Wenceslau Guimarães, Teolândia e Presidente Tancredo Neves.

3. Dados que tratam dos indicadores territoriais, organizados e disponíveis no *site* da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) da Bahia.

Nessa perspectiva, o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop) é uma organização da sociedade civil que atua no território do Baixo Sul desde a década de 1990, sobretudo com programas associados à implantação de sistemas agroflorestais diversificados, segurança alimentar e acesso a mercados por parte dos agricultores familiares. Entre as metodologias de intervenção utilizadas em sua prática, está a interlocução de uma experiência de poupança coletiva, denominada Fundo Rotativo Solidário (FRS), a fim de financiar pequenas melhorias e investimentos produtivos nas famílias agricultoras assessoradas pela organização.

Este texto visa apresentar parte da experiência do Sasop com a metodologia dos FRS com agricultores familiares de municípios do Território Baixo Sul da Bahia. As análises são elaboradas a partir de dados de um diagnóstico realizado entre março e agosto de 2019.

2 FUNDOS ROTATIVOS, AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Experiências de FRS, como já explorado em outros trabalhos, constituem um importante eixo no universo da economia solidária, que mobiliza poupanças coletivas autogeridas para o financiamento, prioritariamente, de atividades locais de produção (Barreto, 2016; Barreto, Oliveira e Jesus, 2018; Silva, 2017). As formas de realização e funcionamento dessas “poupanças” são diversas e tratam de financiar coletivamente comunidades, territórios e municípios. Dados do mapeamento dos FRS realizado entre 2011 e 2012 evidenciam que historicamente os fundos priorizam investimentos locais, em sua maioria no âmbito da agricultura familiar, pautados a partir de preocupações com o meio ambiente.⁴

Na Bahia, predomina o financiamento de atividades que propiciam o convívio com o clima e os biomas característicos dos territórios das famílias envolvidas. Pode-se afirmar que a metodologia promove e possibilita a convivência com o bioma semiárido, por exemplo, dada a significativa quantidade de experiências, no Nordeste brasileiro, que financiam desde a construção de cisternas de placa até a atividade de caprinocultura, sendo a preocupação principal prover o acesso à água e a alimentos aos agricultores familiares.

Esses territórios são historicamente preteridos do ponto de vista de investimentos públicos, ainda que o serviço de extensão rural tenha se iniciado em 1948, com o surgimento da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (Acar-MG). Em 1960, a introdução de ações de modernização da matriz produtiva da agricultura brasileira, inspiradas no paradigma da “revolução verde”, levou a profundas transformações no panorama rural. Essas foram possibilitadas pela criação de políticas de fomento à pesquisa, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos, voltadas aos produtores rurais capitalistas e aos grandes proprietários de terras, bem como incorporadas por esses. Enquanto isso, os agricultores familiares ficaram de fora do acesso aos novos recursos disponíveis.

Como as atividades produtivas rurais requerem investimentos sistemáticos, não há como pensar o rural brasileiro sem uma estrutura de financiamento de produção. Tradicionalmente, a política de crédito rural contribuiu “para o avanço da modernização produtivista da agricultura, baseada na mecanização da monocultura e no uso de insumos químicos cada vez mais caros e danosos ao meio ambiente” (Aquino, Cazolla e Schneider, 2017, p. 198).

4. Dados resultantes da pesquisa que mapeou experiências de fundos rotativos solidários no Nordeste. Informações quantitativas e qualitativas dispostas no sistema de banco de dados dos FRS, administrado pela Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB, 2010). Disponível em: <<https://bit.ly/39HT17x>>.

Contrariando esse caminho, o financiamento dos agricultores familiares com recursos de poupanças coletivas fomenta a mudança na forma de produção, que passa da exploração da natureza para a preservação dos recursos naturais locais, visando ao fortalecimento das atividades produtivas, sob a perspectiva da transição agroecológica. Do total de 584 experiências de FRS no Brasil, 343 estão localizadas na região Nordeste, e a atividade com maior volume de financiamento é a produção agrícola familiar ou coletiva, como demonstra a tabela 1. Essa estratégia surge como consequência da dificuldade de acesso e da escassez de recursos para esse público, bem como da ausência de linhas de crédito que financiem atividades voltadas ao desenvolvimento produtivo sustentável em biomas como o semiárido.

TABELA 1
Dados das entidades gestoras de fundos rotativos solidários – região Nordeste

Atividade	Empreendimentos coletivos	Empreendimentos industriais/familiares	Repasse (R\$)
Agricultura familiar	853	3.464	5.986.388,51
Indústria/beneficiamento	137	36	1.706.578,69
Artesanato	248	45	216.435,85
Comércio	26	32	59.870,33
Prestação de serviços	15	103	57.163,00
Cultura	7	0	38.637,00
Extrativismo	1	0	16.000,00
Outros	26	232	432.278,78

Fonte: Barreto (2016).
Elaboração da autora.
Obs.: Dados fornecidos por 265 fundos solidários.

Ressalta-se que o tipo de atividade agrícola financiada pelos FRS é baseado nas práticas agroecológicas como elemento de alternativa ao modelo produtivo das monoculturas, que fragilizam os agricultores familiares. A prática da agroecologia disseminada, na visão de Altieri (2004, p. 24), possibilita efeitos benéficos, como:

cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo; assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar e produção de alimentos e outros produtos para o mercado; fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais; contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento.

Outro contexto de relevância é o incentivo e o fortalecimento de atividades produtivas locais antes desvalorizadas, como a caprinocultura, o cultivo de palma forrageira, a apicultura, o beneficiamento do umbu etc. Nesse sentido, cabe analisar a experiência do Sasop⁵ no Território do Baixo Sul da Bahia, permeado pelo resto de Mata Atlântica e assediado por grandes sistemas de monoculturas. Essa experiência foi tomada como caso empírico que organiza um modelo próprio de financiamento atrelado ao fomento da agroecologia no território. A experiência faz um contraponto prático

5. Organização da sociedade civil que atua nos territórios Sertão do São Francisco e Baixo Sul da Bahia com *expertise* em desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar, com base na agroecologia. Ao longo de sua trajetória, a organização financiou atividades produtivas rurais por meio do fundo rotativo solidário gerido pela organização durante sua atuação nas comunidades rurais.

de enfrentamento do contexto territorial com monoculturas altamente financiadas e que ameaçam o meio ambiente.

3 UMA OPÇÃO DE FINANCIAMENTO À AGROECOLOGIA

Experiências de diversas organizações sociais, no Brasil, demonstram que o rural brasileiro, especificamente dos agricultores familiares, vivencia uma situação de dificuldade de acesso ao crédito para produção rural. Não é uma informação surpreendente, tendo em vista que toda a trajetória da política de crédito rural no Brasil privilegia sistematicamente atividades de monocultura, haja vista que, tradicionalmente prioriza o estímulo à mecanização adaptada aos processos produtivos pautados na monocultura e no uso intensivo de produtos químicos nas lavouras.

Nesse contexto, ao longo do tempo, organizações da sociedade civil apontam a agricultura familiar como elemento de desenvolvimento local e preservação ambiental. Para tanto, o conjunto de atores que atuam nesse campo reivindicam investimentos em modelos produtivos sustentáveis. Contudo, a trajetória de políticas públicas de desenvolvimento rural demonstra a dificuldade e o tardio reconhecimento governamental dos agricultores familiares. O primeiro programa em escala nacional foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. Em 2006, com a Lei nº 11.326, conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, houve uma regulamentação geral desse público para fins de políticas públicas (Silva, 2012; 2015).

Em 2010, com a aprovação da Lei nº 12.188, instituíram-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), que incorporam o suporte a agriculturas mais sustentáveis, a valorização de metodologias participativas e a definição de atendimento exclusivo à agricultura familiar (Canavesi, Biaquini e Silva, 2017, p. 384). A conquista é consequência da pressão dos atores da sociedade civil articulados e em diálogo com o poder público.

A legislação criada permite que os entes governamentais contratem organizações da sociedade civil para prestar serviços de assistência técnica rural. Canavesi, Biaquini e Silva (2017) afirmam que essas organizações atuam, desde a década de 1980, sistematizando conhecimentos agroecológicos de agricultores e agricultoras familiares. O Sasop é uma dessas organizações.⁶ Sua atuação se divide em dois territórios: Baixo Sul e Sertão do São Francisco, ambos na Bahia, com ênfase no desenvolvimento rural sustentável pautado na agroecologia.

A atuação da organização no Território do Baixo Sul constatou, por meio de diagnóstico rural participativo (DRP), certa deficiência alimentar em 21 comunidades rurais, distribuídas nos municípios baianos de Igrapiúna, Ituberá, Camamu, Nilo Peçanha

6. Organização da sociedade civil com *expertise* em desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar, com base na agroecologia. Ao longo de sua trajetória, a organização financiou atividades produtivas rurais por meio do fundo rotativo solidário gerido pela organização. Os dados apresentados neste trabalho são oriundos da análise da dinâmica do fluxo financeiro do FRS, resultante do estudo dos contratos realizados, dos instrumentos de gestão arquivados, dos recibos de devolução e de entrevistas com agricultores participantes da metodologia e funcionários da organização que participaram ativamente da gestão da poupança coletiva coletados em 2019.

e Presidente Tancredo Neves. Assim, a escassez da produção e do consumo de proteína animal por parte das famílias pautou a decisão comunitária para a implementação da criação de galinhas e de peixes, tendo como horizonte a segurança alimentar local, haja vista que algumas comunidades se encontravam com práticas de monoculturas, como fumo e pimenta, e sem diversidade alimentar para o consumo. Logo, a organização financiou, por intermédio da metodologia de FRS, uma série de atividades e pequenas estruturas, tais como: criação de aves e de peixes, reforma da unidade de beneficiamento, “quintais produtivos”, cultivo de plantas medicinais, apicultura, capital de giro etc. Nesse cenário, não havia o financiamento das grandes culturas, que já possuíam acesso ao crédito convencional no território, como no caso da bananicultura. O investimento prioritário visava às culturas não financiadas pelo crédito formal (Pronaf) e que asseguravam compromisso com práticas agroecológicas.

A metodologia de poupança coletiva permite trabalhar com a perspectiva da organização comunitária, e, no caso do Sasop, possibilitou o processo educativo de consciência da cultura alimentar comunitária. Assim, o FRS tratava de financiar a transição agroecológica como estratégia implementada de desenvolvimento sustentável, de modo que a organização fornece a capacitação das famílias nos processos de produção com práticas agroecológicas. Em seguida, financiava máquinas, equipamentos, insumos, capital de giro, de acordo com a necessidade das famílias. Após o período de carência, as famílias devolviam o valor dos materiais financiados. Por fim, ao receber os recursos das famílias, o Sasop refinanciava as famílias, mantendo, assim, a natureza rotativa do fundo.

Na análise do material disponibilizado pela Sasop, os contratos de compromisso com a devolução dos recursos recebidos para o desenvolvimento das atividades produtivas são identificados como contratos coletivos assinados pelos agricultores familiares. Na prática, cada família recebia um valor para investimento na atividade produtiva em cada propriedade familiar. No entanto, o compromisso de devolução do recurso ocorria de forma coletiva. Ao longo dos anos de funcionamento da metodologia, importa observar que o acesso ao crédito com assistência técnica pautado em uma produção agroecológica contemplou um grupo de 294 famílias agricultoras de 21 comunidades rurais do Baixo Sul a partir da atuação do Sasop.

Todos os projetos produtivos financiados foram mapeados no processo de diagnóstico participativo, e, como a maior necessidade das famílias era a obtenção da proteína animal para o consumo, a incidência dos investimentos ocorreu em projetos de criação de animais. A tabela 2 demonstra o número de famílias, as comunidades e os projetos apoiados ao longo dos anos de funcionamento da poupança coletiva. Observa-se que algumas comunidades realizaram mais de um contrato. Isso implica observar que, em algumas comunidades, houve um processo de devolução efetiva que permitiu a renovação do crédito para determinado grupo de pessoas.

TABELA 2

Relação de projetos financiados por comunidade

Ano	Comunidade apoiada	Famílias	Projeto	Valor financiado
2004	Dandara	13	Criação de galinhas	R\$ 8.025,03
2004	Garcia	2	Produção de mel	R\$ 2.850,00
2004	Mariana	23	Criação de peixes	R\$ 2.225,96
2004	Maribondo	3	Criação de galinhas	R\$ 1.851,93
2004	Pimenteira	8	Criação de galinhas	R\$ 4.626,88
2007	Dandara	9	Criação de galinhas	R\$ 5.279,87
2007	Mariana	25	Criação de peixes	R\$ 1.735,90
2007	Maribondo	12	Criação de galinhas	R\$ 7.539,96
2007	Pimenteira	5	Criação de galinhas	R\$ 3.141,65
2008	Garcia	2	Criação de galinhas	R\$ 809,21
2009	Dandara	7	Roça comunitária – coletivo de mulheres	R\$ 1.515,59
2010	Barroso	11	Criação de galinhas	R\$ 3.180,04
2010	Barroso	27	Forageira	R\$ 768,65
2010	Barroso	27	Produção de alimentos	R\$ 3.525,70
2010	Dandara	11	Jovens – apicultura	R\$ 2.821,47
2010	Dandara	2	Alimentos	R\$ 1.461,32

Fonte: Sasop.
Elaboração da autora.

Em outras comunidades, o fato de apresentar mais de um contrato implica entender que a proposta de financiamento visava sempre a uma integração produtiva, como ocorreu na comunidade de Barroso, onde foram realizados três contratos diferentes em 2010, os quais incluíam, em parte, as mesmas famílias em projetos coletivos e individuais.⁷ Um desses financiou a criação de galinhas; outro destinou-se à aquisição de máquina forrageira para uso coletivo de produção de ração natural com a finalidade de alimentar a criação; e o último financiou a produção de alimentos, por meio das práticas de quintais produtivos individuais. Tudo isso denota a visão pautada na sustentabilidade produtiva e ambiental da estratégia, uma vez que o agricultor familiar necessita arcar com a compra de ração animal, para viabilizar uma criação de galinhas, e da máquina forrageira, a qual permite triturar plantas nativas e alimentar os animais com recursos naturais.

Destacam-se, entre 2004 e 2010, os investimentos em atividades produtivas realizados, os quais somaram o montante de R\$ 51.359,16, oriundos de parcerias com organizações da cooperação internacional, totalizando dezesseis contratos. Tal fato corrobora as informações do mapeamento de FRS de 2012, as quais demonstram que grande parte das experiências de fundos rotativos solidários foram viabilizadas com recurso da cooperação internacional. Por seu turno, nos anos seguintes, os contratos foram viabilizados por recursos retornáveis dos financiamentos realizados nos anos anteriores, como demonstrado na tabela 3, evidenciando que outras formas de financiamento não reguladas, pautadas no compartilhamento coletivo do crédito, são viáveis.

7. Ressalto que as informações demonstradas são oriundas exclusivamente da cópia dos contratos de financiamento de crédito. Aqui se leva em conta o número de financiamentos sem destacar as famílias que foram financiadas mais de uma vez.

Fundo Rotativo Solidário e Agroecologia: uma análise sobre o financiamento de práticas agroecológicas no Baixo Sul da Bahia

TABELA 3

Relação de projetos financiados por comunidade com recurso de devolução voluntária

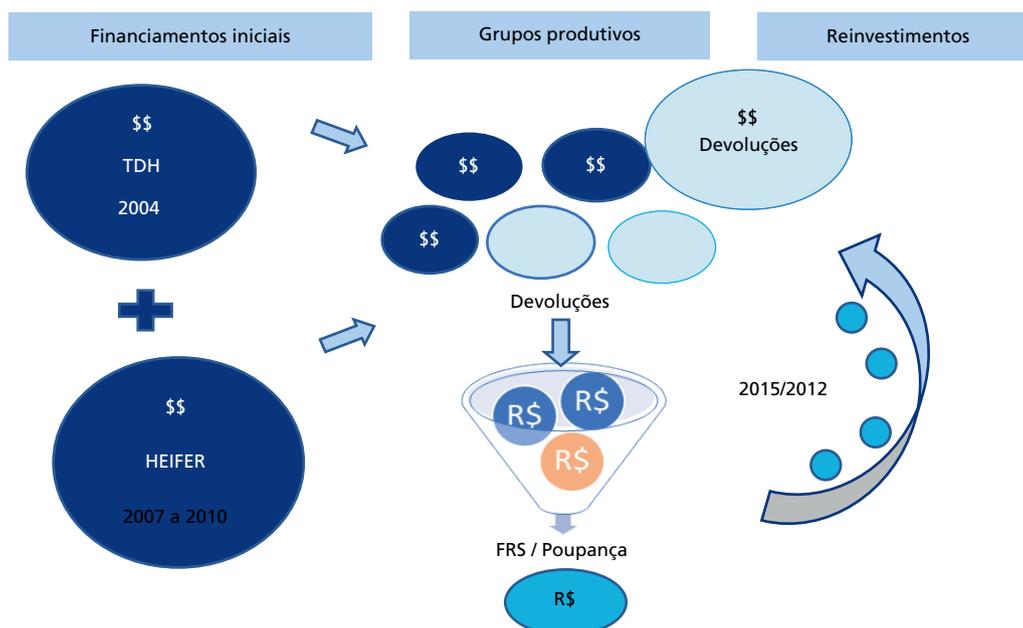
Ano	Comunidade apoiada	Famílias	Projeto	Valor financiado (R\$)
2012	Mariana	25	Individual – criação de peixes	1.081,34
2012	Mariana	25	Coletivo – peixes	774,85
2012	Lameiro	15	Criação de peixes	649,90
2012	Lameiro	13	Criação de galinhas	1.377,50
2012	Estreito	8	Criação de galinhas	811,30
2012	Dandara	5	Criação de galinhas	221,64
2012	Capoeira	7	Criação de peixes	2.004,43
2012	Capoeira	6	Criação de galinhas	675,91
2012	Boa Esperança	8	Criação de galinhas	1.741,85
2012	Baixa de Areia	12	Criação de galinhas	2.152,96
2015	Barroso	6	Criação de galinhas	3.338,51
2015	Novo Horizonte	4	Criação de galinhas	3.325,00
2015	Riachão da Serra	14	Criação de galinhas	9.316,27
2015	Santo André	24	Criação de galinhas e peixes	6.875,27

Fonte: Sasop.
Elaboração da autora.

De 2012 a 2015, o Sasop não possuía financiador externo para as atividades produtivas dos agricultores. Ainda assim, foram realizados contratos com recursos oriundos do processo de devolução das famílias já financiadas. Logo, os novos projetos produtivos financiados somaram o montante de R\$ 34.346,73, e indicaram reinvestimento da poupança coletiva criada. Para além dos valores, o esquema ilustrado na figura 1 esboça minimamente a dinâmica financeira do fundo, o qual passou a financiar projetos produtivos em 2012 com recursos oriundos do processo de devolução como resultado dos investimentos realizados pelos financiadores internacionais.

FIGURA 1

Fluxo financeiro do fundo rotativo solidário do Sasop



Elaboração da autora.
Obs.: Informações disponibilizadas pela organização.

Embora o FRS seja uma poupança coletiva autogerida que financia atividades produtivas, este não constitui um modelo de operação de crédito regulada pelo sistema financeiro nacional (Silva, 2017). Isso não implica afirmar que não existem regras para gerir os recursos utilizados. Para garantir as devoluções destacadas na figura 1, cada comunidade acompanhada possuía dois coordenadores dos grupos produtivos, bem como assistência técnica sistemática para acompanhamento das atividades produtivas. Necessário destacar que os instrumentos de gestão orientam e dão o contorno dos investimentos realizados. Contrariando a política nacional de crédito rural no Brasil, a experiência do Sasop permite verificar a importância do crédito aliado no fomento à produção agroecológica, visando à autonomia e à segurança alimentar das famílias. Isso corrobora também com os dados do mapeamento, que indicam a metodologia como elemento central para transição agroecológica. Na estrutura elaborada para a gestão da poupança coletiva, alguns controles internos podem ser destacados, como o quadro 1 explicita detalhadamente.

QUADRO 1

Instrumentos de gestão do FRS identificado no Sasop

Instrumento de gestão	Descrição	Responsabilidade
Contrato de financiamento	Documento que dispõe sobre o contrato de crédito pactuado entre a organização e o grupo de agricultores de cada comunidade. O contrato estipula os compromissos de cada parte, apresenta o valor financiado, o valor a ser devolvido e o período de carência. O instrumento também lista regras de conduta das partes no que tange a processos de formação e assessoria, bem como o fluxo de comunicação contínuo para o bom desenvolvimento do trabalho.	Documento fica arquivado na sede do Sasop Camamu, e a comunidade fica com uma cópia.
Recibos de devolução	Documento que registra a devolução do recurso em três vias, entregues, cada uma, à família que quitou seu saldo financiado; ao líder comunitário que recolheu o valor; e à organização que recebeu o recurso.	Agricultor, líder comunitário e organização possuem, cada um, seu recibo, cujo conteúdo é idêntico.
Planilhas de controle	Trata-se de planilhas desenvolvidas na organização para sistematizar as informações referentes ao processo de devolução das comunidades.	Esses arquivos são digitais e ficam na sede da organização, em Camamu.

Elaboração da autora.

Obs.: Informações disponibilizadas pela organização.

Dado o exposto, têm-se os controles escolhidos para a gestão, de modo que o contrato de financiamento de crédito constitui documento padrão que expõe o valor financiado, as famílias envolvidas, a atividade financiada e os valores de devolução divididos por cada família que assina o contrato. Também apresenta o prazo de carência, que indica doze a 24 meses, ou seja, as famílias poderiam começar o processo de devolução do recurso após um ano do financiamento realizado. Na prática, as famílias quitavam o financiamento logo no primeiro ano do contrato, como indicam os registros disponibilizados.

No geral, o investimento produtivo é realizado a uma taxa de juros que se assemelha à taxa de aplicação da poupança. A experiência do Sasop utiliza a taxa de 5% de juros simples, aplicada em cada contrato, para cálculo do processo de devolução dos financiamentos. Contudo, a análise do fluxo financeiro de devoluções permite depreender que essa taxa de juros apenas custeou gastos de manutenção de conta bancária e outras despesas menores, oriundas da própria dinâmica financeira do fundo rotativo solidário. Logo, a sustentabilidade de um FRS baseada somente nos juros cobrados pelo acesso ao crédito de agricultores familiares é algo bastante desafiador.

Por fim, a experiência de financiamento da transição agroecológica impõe a necessidade de pensar e repensar o financiamento desse sistema, que não é favorecido no cenário atual do sistema financeiro. O Sasop, como tantas outras organizações, utiliza a metodologia de FRS para viabilizar a prática de uma agricultura sustentável para os agricultores e o meio ambiente sob os pilares da economia solidária, ao passo que confronta o modelo de financiamento rural tradicional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da criação do Pronater, que prevê o fomento a práticas agrícolas mais sustentáveis no escopo da assistência técnica no Brasil, ainda há que se pensar em meios de financiamento dessa forma de produção sustentável. A ideia de fomentar uma agricultura agroecológica requer mudança nas práticas já desenvolvidas que admitem insumos químicos. Essa transformação só é possível com assistência técnica e investimento adequados. As organizações sociais, por meio das experiências de poupanças coletivas, priorizam o desenvolvimento de atividades produtivas locais adaptadas aos biomas nos quais se inserem, como demonstrado na experiência do Sasop no Território Baixo Sul da Bahia.

A metodologia de FRS oferece uma utilidade prática funcional para populações rurais sob a perspectiva de financiamento da agricultura familiar, pautado nos princípios da economia solidária e da agroecologia. Entre os desafios das poupanças comunitárias, está a busca por caminhos que viabilizem a sustentabilidade financeira, pois não há fonte de financiamento específico que permita a constituição de uma prática dessa natureza. Esse é um desafio que o Sasop enfrenta e para o qual busca meios viáveis para consolidar sua ação no território. Verifica-se, a partir da experiência relatada, que é necessário repensar o mercado de crédito para vias de desenvolvimento sustentáveis e de promoção do bem viver.

Uma possibilidade é buscar inserir nas agendas governamentais, junto com organismos de cooperação internacional, o financiamento às iniciativas de finanças solidárias como essa. Atualmente, o governo do estado da Bahia fomenta iniciativas de poupanças coletivas por meio dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol), e no Baixo Sul há uma perspectiva de criação de outro fundo rotativo, que poderá se articular com a experiência atual do Sasop.

Por sua vez, a sociedade civil organizada continua sendo o ator principal na implementação e gestão das poupanças coletivas, permitindo a inclusão de pautas que se diferem das lógicas tradicionais tanto no tocante ao crédito quanto à produção agrícola.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

AQUINO, J. R.; CAZOLLA, M.; SCHINEIDER, S. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

BAHIA. Governo do estado da Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território Baixo Sul da Bahia – PTDSS**. Bahia: SEI, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3cK0fdi>>.

BARRETO, S. S. Os fundos rotativos solidários no Brasil: uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012. **Boletim Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 60, p. 101-108, 2016.

BARRETO, S. S.; OLIVEIRA, M. F.; JESUS, L. N. Os bancos comunitários de desenvolvimento e a circulação de moedas sociais no Fórum Social Mundial de 2018. **Boletim Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 65, p. 127-138, 2018.

CANAVESI, F. C.; BIANCHINI, V.; SILVA, H. B. Inovação na agricultura familiar no contexto da extensão rural e da transição agroecológica. *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

FGEB – FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. **Fundos solidários**: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Caderno 1 – Mobilização em prol de uma política pública de apoio a fundos solidários. Brasília: FGEB, 2010.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha – MG. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1693).

_____. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2076).

_____. **Economia solidária e finanças de proximidade**: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2270).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

